



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

PROJETO DE LEI Nº 090/2025, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

ALTERA O ANEXO VI DA LEI MUNICIPAL Nº 2.431/2015, QUE ESTABELECE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, CONSOLIDA A LEGILAÇÃO TRIBUTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOSÉ CARLOS BREDAS, Prefeito Municipal de Cotiporã, Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O anexo VI da Lei Municipal nº 2.431/2015 fica alterado nos moldes desta lei, cujo reajuste será de forma escalonada, em 03 (três) exercícios distintos, conforme delimitações abaixo:

(...)

ANEXO VI

DA TAXA DE COLETA DE LIXO E SERVIÇOS URBANOS

Abrange apenas os imóveis localizados em logradouros efetivamente atendidos pelo serviço de recolhimento de lixo.

Para o exercício de 2026, os valores serão:

ESPÉCIE DE IMÓVEL	ÁREA DA UNIDADE	VALORES EM UMRf
a) Imóveis edificadas residenciais	Até 18,00m ²	Isento
	De 18,01m ² a 99,99m ²	43
	De 100,00m ² a 199,99m ²	50
	De 200,00m ² a 399,99m ²	55
	Acima de 400m ²	60
b) Imóveis edificadas não residenciais	Até 99,99m ²	30
	De 100,00m ² a 199,99m ²	45
	De 200,00m ² a 399,99m ²	55
	Acima de 400m ²	70
c) Imóveis não edificadas	Até 360,00m ²	20
	Acima de 360,00m ²	30



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

Para o exercício de 2027, os valores serão:

ESPÉCIE DE IMÓVEL	ÁREA DA UNIDADE	VALORES EM UMRF
a) Imóveis edificados residenciais	Até 18,00m ²	Isento
	De 18,01m ² a 99,99m ²	50
	De 100,00m ² a 199,99m ²	60
	De 200,00m ² a 399,99m ²	65
	Acima de 400m ²	70
b) Imóveis edificados não residenciais	Até 99,99m ²	40
	De 100,00m ² a 199,99m ²	55
	De 200,00m ² a 399,99m ²	65
	Acima de 400m ²	80
c) Imóveis não edificados	Até 360,00m ²	27
	Acima de 360,00m ²	37

A partir do exercício de 2028, os valores serão:

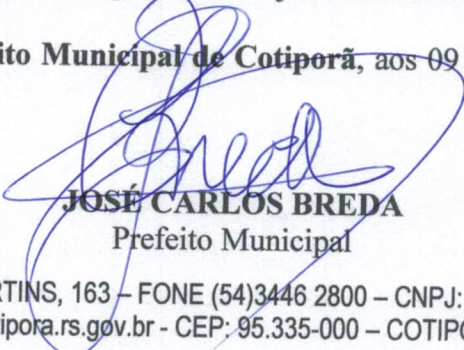
ESPÉCIE DE IMÓVEL	ÁREA DA UNIDADE	VALORES EM UMRF
a) Imóveis edificados residenciais	Até 18,00m ²	Isento
	De 18,01m ² a 99,99m ²	55
	De 100,00m ² a 199,99m ²	65
	De 200,00m ² a 399,99m ²	70
	Acima de 400m ²	75
b) Imóveis edificados não residenciais	Até 99,99m ²	50
	De 100,00m ² a 199,99m ²	65
	De 200,00m ² a 399,99m ²	75
	Acima de 400m ²	90
c) Imóveis não edificados	Até 360,00m ²	34
	Acima de 360,00m ²	42

Art. 2º. Os demais dispositivos da Lei Municipal nº 2.431/2015 permanecem inalterados e em pleno vigor.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotiporã, aos 09 dias de dezembro de dois mil e vinte e cinco.


JOSÉ CARLOS BREDÁ
Prefeito Municipal

RUA SILVEIRA MARTINS, 163 – FONE (54)3446 2800 – CNPJ: 90.898.487/0001-64
www.cotipora.rs.gov.br - CEP: 95.335-000 – COTIPORÃ/RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

Projeto de Lei nº 090/2025, de 09 de dezembro de 2025.

Submetemos à elevada apreciação de V. Exas. o presente Projeto de Lei, que visa a obtenção de autorização legislativa para o reajuste da taxa de coleta de lixo, a ser implementado de forma escalonada nos exercícios financeiros de 2026, 2027 e 2028.

A presente proposição encontra sua justificativa na imperativa necessidade de promover o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços públicos essenciais de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos no município de Cotiporã/RS. A manutenção da excelência e da regularidade desses serviços é um pilar fundamental para a saúde pública, a qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente local.

Ao longo dos últimos anos, observou-se um aumento contínuo nos custos operacionais envolvidos na prestação destes serviços. Fatores como a inflação dos insumos essenciais (combustíveis, manutenção de frota, equipamentos), o incremento no volume de resíduos gerados, a evolução das exigências ambientais e sanitárias para a destinação adequada, e a necessidade de investimentos em novas tecnologias e infraestrutura, têm impactado significativamente a estrutura de despesas.

Nesse contexto, a receita proveniente da taxa de coleta de lixo, sem o devido reajuste, tornou-se insuficiente para cobrir as despesas correntes e futuras, criando um desequilíbrio que, se não corrigido, poderá comprometer a sustentabilidade e a eficiência do serviço. É fundamental que a taxa cobrada reflita minimamente os custos reais da operação, garantindo que o serviço continue sendo prestado com a qualidade que a comunidade de Cotiporã merece, sem onerar outras áreas do orçamento municipal.

Cientes do impacto financeiro que qualquer reajuste pode causar na vida do contribuinte, a proposta de escalonamento da alteração da taxa, ao longo de três exercícios fiscais (2026, 2027 e 2028), foi cuidadosamente elaborada. Esta medida visa

RUA SILVEIRA MARTINS, 163 – FONE (54)3446 2800 – CNPJ: 90.898.487/0001-64
www.cotipora.rs.gov.br - CEP: 95.335-000 – COTIPORÃ/RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

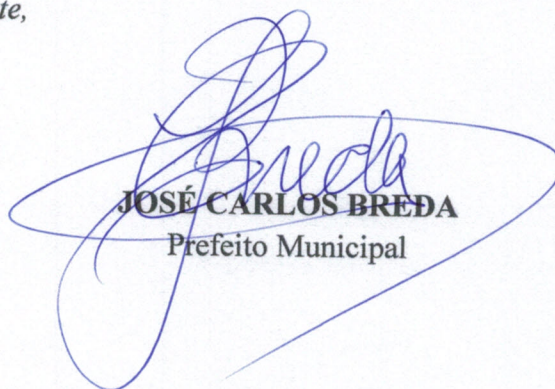
a mitigar os efeitos de um aumento abrupto, permitindo que a população e o orçamento familiar se adaptem progressivamente aos novos valores. É uma demonstração de responsabilidade fiscal e social por parte do Executivo Municipal, buscando a sustentabilidade do serviço sem desconsiderar a capacidade de pagamento dos cidadãos.

Portanto, o reajuste ora proposto não se trata de um mero aumento de arrecadação, mas sim de uma medida estratégica e prudente para assegurar a continuidade, a eficácia e a modernização de um serviço público vital, bem como atender a legislação que estabelece, de fato, o princípio da autossustentabilidade financeira para os serviços públicos de saneamento básico, que incluem a gestão de resíduos sólidos urbanos (coleta de lixo). Essa diretriz tem como objetivo garantir que os custos dos serviços sejam cobertos pelas receitas geradas, promovendo a sua continuidade, expansão e modernização, sem onerar indevidamente o orçamento público de forma generalizada.

Diante do exposto, contamos com a habitual sensibilidade e discernimento de V. Exas. para a aprovação deste Projeto de Lei, fundamental para a gestão responsável e o desenvolvimento sustentável de nosso município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotiporã, aos 09 dias de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

Atenciosamente,


JOSÉ CARLOS BREDA
Prefeito Municipal